

## Ano XX nº 5616 – 24 julho de 2017

### Governo agora mira na aposentadoria

Depois de destruir os direitos assegurados pela carteira de trabalho, o governo Temer prepara mais um golpe contra o brasileiro. Acabar com a aposentadoria de milhões de trabalhadores. Aprovar a reforma da Previdência é a prioridade do presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, na volta do recesso parlamentar, em 1º de agosto.

Como se trata de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), precisa de 308 votos no plenário para ser aprovada. Se passar, segue para o Senado. Caso encontre resistência, o governo estuda fatiar o projeto e o que não conseguir aprovar volta à pauta em 2018.

Para isso, conta com o Congresso Nacional que ignora os apelos das ruas para fazer a agenda neoliberal andar rapidamente. As empresas também fazem sua parte e, segundo circula na mídia, prometem apoio bilionário nas eleições do ano que vem para os deputados que votarem a favor.

Diante do cenário difícil, os trabalhadores devem se antecipar e pressionar desde já os parlamentares contra a aprovação da reforma previdenciária. Pela medida, o cidadão só poderá se aposentar com, no mínimo, 65 anos de idade e 25 anos de contribuição. Dos 504 mil bancários do país, 391 mil serão atingidos com a reforma da Previdência. Os grandes bancos do país pressionam pela aprovação da medida o mais rápido possível, assim como fizeram com a reforma trabalhista.

Em notas ou por meio de declarações dos executivos, Itaú, Bradesco e Santander declaram abertamente que querem a reforma.

---

### Reunião sobre combate ao assédio moral termina sem respostas

O Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) se reuniu com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) na última semana para tratar da plena implementação da cláusula 58, que cria políticas de aprimoramento e fortalecimento de combate ao assédio moral no ambiente de trabalho. O movimento sindical cobrou ações dos representantes dos bancos, que informaram não ter ainda como estratificar os casos e diminuir tempo de apuração das denúncias.

O instrumento, criado em 2010, prevê canais de denúncias por parte dos sindicatos, que devem, antes de encaminhar aos bancos, fazer um tratamento do caso, certificando-se tratar realmente de assédio moral no trabalho, acompanhar todo o processo de apuração, dar retorno para a pessoa que denunciou e ter certeza que houve melhoria nas condições e no processo de trabalho.

A cada semestre a Contraf-CUT e a Fenaban fazem uma avaliação do instrumento e os dados são apresentados e debatidos. Como nas reuniões anteriores, os bancários reivindicaram a redução do prazo de apuração dos atuais 45 dias para 30 dias; a estratificação dos casos que transitaram pelo instrumento; e a criação de critérios de apuração a serem utilizados pelos bancos para determinar se uma denúncia é procedente ou improcedente. A Fenaban apresentou dados estatísticos de 2011 a 2017, que comprovam um número crescente de denúncias procedentes no período, porém, informou que ainda não há possibilidade para a redução do tempo de apuração das mesmas.

A Fenaban informou que fará um levantamento das ações e que apresentará na próxima reunião, marcada para o dia 21 de setembro.

---

### Mediação no MPT sobre reestruturação do BB termina sem avanço

A última audiência do processo de mediação conduzido pelo Ministério Público do Trabalho de Brasília, sobre processo de reestruturação iniciado pelo Banco do Brasil em novembro de 2016, realizada nesta quinta-feira (20/07), terminou sem avanços significativos.

Esta foi a sétima de uma série de audiências cujo objetivo foram buscar melhorias para os funcionários atingidos com os cortes de mais de nove mil cargos e perdas de salários que chegaram a superar 70% da remuneração para centenas de trabalhadores.

Sobre as informações das visitas nas agências, falado pelo BB na audiência de junho, havia expectativa de que fossem realizadas mais visitas e resultasse no aumento de dotação de algumas unidades. O Banco respondeu que das 35 visitas previstas realizou apenas 8 visitas e nenhum estudo foi concluído para aumento de cargos e dotação.

O banco afirmou que lançará um incentivo aos escriturários que pedirem remoção para praças de difícil provimento. O MPT questionou o BB sobre o público e, respondido que se trata de escriturários e não de funcionários atingidos pela reestruturação, o MPT afirmou que o programa atendia mais aos interesses do BB. O movimento sindical já havia feito esta mesma afirmação na audiência anterior.